

Economistas aprovam as medidas do Governo

Especialistas concordam que pacote terá efeito positivo no mercado internacional e é preferível à desvalorização cambial

André Dunningham

O pacote fiscal lançado ontem pelo Governo mostra que a equipe econômica decidiu defender o Real por um caminho calcado em políticas monetárias e livre de desvalorização cambial. Ainda que a escolha tenha um efeito pesado na economia — há quem ache que poderá haver crescimento nulo no primeiro semestre do ano que vem — é consenso de que a rota está correta, principalmente porque vai sinalizar ao mercado que o país está fazendo ajustes, reduzirá seu déficit público e, portanto, não há motivos para fuga de investimentos.

As medidas, que prometem uma economia de US\$ 20 bilhões, têm ao menos três impactos no curto prazo: compensam a despesa extra que o Governo terá com a elevação da taxa de juros no pagamento da dívida interna, evitando assim o crescimento do déficit nominal; reduzem a necessidade de garantir capital externo para financiar o rombo nas contas; e sinaliza ao mercado que o país está disposto a manter o Real a qualquer custo.

Contas públicas serão setor mais atingido pelo pacote

A medida deve levar a uma provável recessão no ano que vem, mas por outro lado afasta o risco econômico do país. Sem o risco de uma crise cambial, os investimentos vão continuar chegando e isso é fundamental para promover algum crescimento no segundo semestre. O país estava vulnerável e precisa de medidas para mostrar ao mercado que não há risco — diz o economista Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas.

O principal efeito será nas contas públicas. Segundo Eduardo Velho, chefe do Departamento Econômico do Banco da Bahia, com a recente alta dos juros no mercado brasileiro o pagamento de juros da dívida interna crescerá cerca de US\$ 1 bilhão por mês,



André Durão

O ECONOMISTA Carlos Langoni, da FGV: "Sem risco de uma crise cambial, os investimentos vão continuar chegando"

o que poderia elevar o déficit nominal dos previstos 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997 para até 8,7% em 1998. Com o pacote, entretanto, mesmo os juros se mantendo a um patamar de 30% ao ano em 1998, o corte de despesas e o aumento de arrecadação farão o déficit recuar à proporção de 5,5% a 6% do PIB.

— Se o Governo realmente fizer o ajuste vai contrabalançar o aumento de despesas. Resta saber se conseguirá economizar os US\$ 20 bilhões — diz Velho.

André Petersen, do Banco

Prosper, é da mesma teoria. Segundo ele, com o ajuste, o Governo manterá o déficit nominal em torno de 5% do PIB, sinalizando ao mercado que está fazendo seu dever de casa.

— As medidas são impopulares, porém necessárias. Vão ajustar as contas do Governo e criar um ambiente para manter o dinheiro externo aqui. Se não saírem recursos, já é um grande negócio — afirma Petersen.

A segunda alternativa do Governo para proteger o Real seria proteger o plano através da des-

valorização cambial. A medida, entretanto, teria consequências ainda mais graves para a economia.

Como explica Estevão Kopschitz, da consultoria Macrométrica, a principal delas seria a elevação do endividamento em dólar do setor privado e da dívida interna do Governo, que é corrigida pela correção cambial.

— Seria uma quebra de regra generalizada — afirma ele.

De acordo com o Banco Central, o passivo cambial brasileiro, público e privado, soma hoje US\$

204 bilhões. Nas mãos da iniciativa privada estão US\$ 87 bilhões, sendo que US\$ 27,5 bilhões são de curto prazo. Dos títulos da dívida interna corrigidos pelo dólar, o Governo federal deve US\$ 16 bilhões em NTN-D (notas do Tesouro Nacional) e US\$ 6,8 bilhões em NBCE (Notas do Banco Central). Os outros US\$ 94,3 bilhões são relativos à dívida externa pública. Todo esse débito, com uma desvalorização cambial, ficaria mais caro.

A opção pela medida no câmbio traria ainda aumento da infla-

ção. Segundo o economista Paul Levy, do Instituto Econômico Pesquisas Aplicadas, com a desvalorização do dólar muitos produtos importados ficariam mais caros, o que colocaria por terra o esforço do Plano Real de força. Queda de preços das mercadorias nacionais em função da concorrência externa. Fora isso, muitas matérias-primas ficariam mais caras, encarecendo o custo final dos produtos nacionais.

— A desvalorização só deve ser adotada se não houver outra alternativa — afirma ele. ■